

Revisitando o conceito de biopolítica em Foucault para pensar o corpo na Educação Física

Cristiano Mezzaroba*

Fabio Zoboli**

Resumo

O objetivo deste ensaio é revisar o conceito de biopolítica de Michel Foucault fazendo breves incursões desse conceito com as noções de biopoder, disciplina, governamentalidade e ascese – também desenvolvidas por Foucault. Em meio a essas revisitações teóricas trazemos ao texto algumas questões que giram em torno do corpo na modernidade que tem relações com o campo da Educação Física com a intenção de ancorarmos a teoria em elementos empíricos do cotidiano deste campo. O corpo é atravessado pela biopolítica na medida em que sofre a ação das relações entre política e economia a fim de melhor gestar seu comportamento. A Educação Física, enquanto um campo de saber/fazer que se ocupa do conhecimento das mais variadas ciências para lidar com seu objeto de estudo, “o corpo e o movimento”, está mergulhada nesta rede de dispositivos biopolíticos.

Palavras chave: Biopolítica; Michel Foucault; Corpo; Educação Física.

* Licenciado em Educação Física e Ciências Sociais/UFSC; Mestre em Educação Física/UFSC; Doutorando em Educação/UFSL; Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Educação e Sociedade Contemporânea/UFSC; Professor DEF/CCBS/UFSC. E-mail: cristiano_mezzaroba@yahoo.com.br

** Doutor em Educação/UFBA; Professor do Departamento de Educação Física e do PPGED da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: zobolito@gmail.com

Reviewing the concept of biopolitics according to Foucault to think about the body in Physical Education

Revisitando el concepto de biopolítica en Foucault para pensar el cuerpo en la Educación Física

Abstract

The objective of this essay is to revisit Michel Foucault's concept of biopolitics by making brief incursions of this concept with the notions of biopower, discipline, governmentality, and ascesis – also developed by Foucault. In the midst of these theoretical revisions, we bring to the text some questions that revolve around the body in modernity which is related to the field of Physical Education with the intention of anchoring the theory in empirical elements of the daily life of this field. The body is crossed by biopolitics insofar as it undergoes the action of the relations between politics and economy in order to better manage its behavior. Physical Education, as a field of know-how that deals with the knowledge of the most varied sciences to handle its object of study, "the body and the movement", is immersed in this network of biopolitical devices.

Key words: Biopolitics; Michel Foucault; Body; Physical Education.

Resumen

El objetivo de este ensayo es revisar el concepto de biopolítica de Michel Foucault haciendo breves incursiones de ese concepto con las nociones de biopoder, disciplina, gubernamentalidad y ascesis – también desarrolladas por Foucault. En medio de esas revisitaciones teóricas traemos al texto algunas cuestiones que giran en torno al cuerpo en la modernidad que tiene relaciones con el campo de la Educación Física con la intención de anclar la teoría en elementos empíricos de lo cotidiano de este campo. El cuerpo es atravesado por la biopolítica en la medida en que sufre la acción de las relaciones entre política y economía a fin de mejor gestar su comportamiento. La Educación Física como un campo de saber/hacer que se ocupa del conocimiento de las más variadas ciencias para hacer frente a su objeto de estudio, "el cuerpo y el movimiento", está sumergida en esta red de dispositivos biopolíticos.

PALABRAS CLAVE: Biopolítica; Michel Foucault; Cuerpo; Educación Física.

Introdução

A compreensão de conceitos sempre requer uma profundidade em relação ao contexto de origem dessas construções teóricas e também ao conjunto da obra de quem a originou. Além disso, é necessário considerar que ao fazer a imersão num determinado campo e aos seus conceitos, certamente todos eles apresentarão limites, embora é inevitável que façamos relações desses constructos com nosso tempo presente, diante de nossas dificuldades, problemáticas, complexidades e inquietações. Assim, a realidade e o contemporâneo estão sempre se configurando como acontecimentos candentes para focarmos nosso olhar de forma crítica, no sentido de estabelecermos nexos teórico-práticos e epistemológicos com nosso campo de formação, atuação e pesquisa.

O filósofo francês Michel Foucault tem na base de sua filosofia a busca da compreensão acerca dos processos pelos quais os sujeitos se constituem em meio a sistemas de subjetivação/objetivação que se dão no interior das redes de saber/poder. O pensamento de Foucault é uma grande tentativa de fazer a história dos processos de subjetivação, ou seja, a história dos modos de constituição do sujeito ao longo do tempo – de forma não linear e cumulativa. Foucault estava preocupado em criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos. Seus estudos e pesquisas giraram em torno do que o próprio Foucault denominou “os três modos de objetivação dos sujeitos”:

A objetivação de um sujeito no campo dos saberes – que Foucault trabalhou no registro da *arqueologia* –, a objetivação de um sujeito nas práticas do poder que divide e classifica – que ele trabalhou no registro da *genealogia*, e a subjetivação de um indivíduo que trabalha e pensa sobre si mesmo – que Foucault trabalhou no registro da *ética*. Em outras palavras, nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos. (VEIGA NETO, 2004, p. 136)

Para Foucault (2001), foi o enfoque disciplinar dado aos sujeitos e suas técnicas disciplinares, utilizadas em insti-

tuições como os colégios e quartéis, que definiram certa forma de investimento político e detalhado do corpo humano, uma nova “microfísica do poder” que se situa em termos do próprio “corpo social”, penetrando a vida cotidiana e realizando um controle detalhado, minucioso destes sujeitos em seus gestos, atitudes, comportamentos, hábitos e discursos.

O corpo em Foucault é ele mesmo uma construção social, cultural e histórica, é fruto de um discurso, de instituições. Foucault fala do corpo social, que é constituído pela governamentalidade das vontades. O corpo social para esse autor é fruto da materialidade do poder se exercendo sobre o corpo dos sujeitos e da população. O poder penetra o corpo e a alma dos sujeitos ao mesmo tempo em que os expõem. Na menção de Foucault (1991), se fizéssemos uma história do controle social do corpo, poderíamos mostrar que, até o século XVIII, o corpo dos indivíduos era essencialmente a superfície de inscrição dos suplícios e de penas, era feito para ser supliciado e castigado. Já nas instâncias de controle que surgem a partir do século XIX, o corpo adquire uma significação totalmente diferente, ele não é mais o que deve ser supliciado, mas o que deve ser formado, reformado, corrigido, receber certo número de qualidades, qualificar-se como corpo capaz de trabalhar.

Na menção de Larrosa (2002), Foucault analisa as operações do poder sob o ponto de vista da captura da pura e indeterminada materialidade de um indivíduo, de um grupo de indivíduos, ou de uma população, por uma força que, contatando essa materialidade, dá-lhe uma forma e determina-lhe uma direção. As noções de disciplina, de governo, de biopolítica, de biopoder e de ascese são algumas dessas modalidades de captura utilizadas por Foucault.

O ensaio que ora apresentamos gira em torno do conceito de biopolítica, o qual refere-se aos modos de subjetivação da sociedade ocidental moderna, cuja influência ocorre pela primazia econômica em detrimento de outras possibilidades às vidas das pessoas e da população. Trata-se, portanto, de um fenômeno ambíguo e paradoxal: ao mesmo tempo em que torna a vida um capital que

deve ser valorizado, também a condiciona a discursos, práticas e valores cerceados por uma política econômica pautada na governamentalidade. Foucault (1988, p.134) assim resume o que vem ser a *biopolítica*: “[...] designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana”.

O corpo é atravessado pela biopolítica na medida em que sofre a ação das relações entre política e economia a fim de melhor gestar sua força de trabalho. “Enquanto a disciplina se dá como anátomo-política dos corpos e se aplica essencialmente aos indivíduos, a biopolítica representa uma grande medicina social que se aplica à população a fim de governar a vida: a vida faz portanto, parte do campo do poder” (REVEL, 2005, p.27). O corpo é o alvo do investimento biopolítico, pois é nele que se investe para que se torne funcional e produtivo no contexto do capitalismo. “A lógica de mercado sujeita o corpo a um uso instrumental quer como meio de produção quer como alvo de consumo” (GOMES, 2013, p.63). A Educação Física (EF), enquanto um campo de saber que se ocupa do conhecimento das mais variadas ciências para lidar com seu objeto de estudo, “o corpo e o movimento”, está mergulhada nesta rede de dispositivos biopolíticos.

Desta forma, pretendemos neste ensaio, revisitar o conceito de biopolítica de Foucault fazendo breves incursões desse conceito com as noções de biopoder, disciplina, governamentalidade e ascese – também desenvolvidas por este pensador. Em meio a essas revisitações teóricas trazemos ao texto algumas questões que giram em torno do corpo na modernidade sob a ótica da EF com a intenção de ancorarmos a teoria em elementos empíricos do cotidiano deste campo de conhecimento.

Biopolítica: exposição do conceito, tensões com o corpo no contemporâneo

Antes de mais nada, é importante considerar que o termo biopolítica não foi originalmente cunhado por Foucault e sim proveniente do sueco Johan Rudolf Kjellén (CASTRO, 2011), que também recebe menção ao termo “geopolítica”. Ocorre que foi Foucault quem melhor se apropriou e

desenvolveu as questões relativas à biopolítica, embora com um sentido não completamente desvinculado à primeira formulação de Kjellén (CASTRO, 2011).

Mas qual seria, então, a diferenciação entre a *biopolítica* de Kjellén e a de Foucault? Kjellén procurou elaborar como se configura uma sociedade a partir de suas leis e funcionamento do corpo social. O uso dos termos tem outra intencionalidade daquilo que Foucault realiza: um estudo genealógico do poder e a partir disso desvenda diferentes tecnologias do poder que se desenvolveram na modernidade ocidental. Enquanto Kjellén opera com uma dimensão constitutiva da sociedade para que, quem governa, possa conduzi-la de forma organizada, Foucault trabalha com a biopolítica numa perspectiva analítica, em relação ao poder. (CASTRO, 2011)

O termo *biopolítica* pode ser caracterizado pela conceituação operada por alguns autores que se utilizam dos pressupostos foucaultianos. Dentre eles, destacamos três: a elaboração de Revel (2005), a de Milovic (2014) e a de Gadelha (2009).

Revel (2005, p.26) traz a seguinte conceituação:

O termo “biopolítica” designa a maneira pela qual o poder tende a se transformar, entre o fim do século XVIII e o começo do século XIX, a fim de governar não somente os indivíduos por meio de certo número de procedimentos disciplinares, mas o conjunto dos viventes constituídos em população: a biopolítica – por meio dos biopoderes locais – se ocupará, portanto, da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, da natalidade etc., na medida em que elas se tornaram preocupações políticas.

Trata-se do movimento em que em especial o mundo ocidental começa a ver o surgimento e a operacionalização do liberalismo e, com isso, as formas diversas de poder sobre a vida, em que mais do que o exercício das disciplinas (diversas) sobre os corpos dos indivíduos, há o exercício dos diversos meios reguladores sobre o conjunto da população e suas características próprias. A EF lida diretamente com estas disciplinas que educam o corpo no seu detalhe:

As formas sempre atualizadas das pedagogias higiênicas e sua tarefa de intervir nos corpos revelam-se como táticas de governo de si e de gestões de populações. Ancora-se na racionalidade técnica e na elaboração constante de imperativos de performance, saúde e beleza construindo uma ideologia da vida e de felicidade medida por *percentis* (SOARES, 2008, p. 83).

Também Milovic (2014, p.90) nos auxilia a melhor compreender o termo biopolítica. Inicialmente abordando a diferença entre *zôê* e *bios*, entre política e biologia na visão grega, tal autor vai considerar que a palavra biopolítica evidencia que “[...] É uma política sem a política. É uma consequência da despolitização moderna e da perda da liberdade”, e na concepção foucaultiana, há um sentido de perigo na política moderna. Por exemplo:

Enquanto crescem de maneira absurda os distúrbios alimentares e diz-se que a obesidade se tornou uma epidemia mundial, a comida torna-se espetáculo e sua propaganda avassaladora; vive-se o estímulo máximo ao desejo e a punição àquele que revela excessos (SOARES, 2008, p.83).

Gadelha (2009), por sua vez, considera que a biopolítica é entendida como *tecnologia de dominação*, realizando a regulação e a regulamentação do corpo-espécie da população. Para este mesmo autor, essa “noção de governo” configura-se como “[...] tipos de racionalidade que envolvem conjuntos de procedimentos, mecanismos, táticas, saberes, técnicas e instrumentos destinados a dirigir a conduta dos homens.” (GADELHA, 2009, p.120)

Para nós, brasileiros, há uma particularidade histórica interessante: foi numa palestra no Rio de Janeiro, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, que Foucault inicia a exposição do seu conceito de biopolítica, em especial, sobre a emergência do *biopoder* como algo próprio da modernidade, ou seja, um investimento do poder sobre a vida humana/da sociedade, na maneira de se “gerenciar a vida” e como isso se torna possível, em especial, pela constituição de uma “verdade” na relação entre o saber e o poder, advinda do conhecimento científico.

Uma questão importante a ser considerada na abordagem da biopolítica e sua genealogia refere-se ao modo como os gregos organizavam a vida, a partir do *zoé* e do *bios*. Seria, conforme Aristóteles, a primeira forma de organizar a vida pelos gregos. Este conhecimento faz parte do *logos* do qual só o ser humano pode acessá-lo. O *bios* seria a portadora do *logos* e *zoé* a portadora da vida. Com as expressões latinas, segundo Castro (2011), há “perda” da equivalência do sentido anterior grego. Há uma polissemia de conceitos que mostram que determinadas questões são condizentes a determinados momentos, mas em outros não, ou seja, há uma diferença entre certa recepção às ideias de Aristóteles e de a compreensão contemporânea de suas ideias.

Mas na modernidade, quem nos diz o que é a vida? Vemos a biologia e a medicina formularem respostas e se legitimarem em relação a isso. O que define essa opção é uma opção política, amparada em preceitos científicos. Há uma ideia de vida, definida biologicamente, constituída enquanto tal, a partir de opções políticas. Assim, em conceitos aristotélicos, a vida é muito mais do que o que é possível para o homem. A vida humana existe na medida em que há abertura para o *bios*, para o *logos*, para a *política* – no sentido de sujeitos livres que se encontram em condições iguais para discutir a sociedade em que querem viver.

Outro momento crucial para a biopolítica é o nascimento da “população” na modernidade, uma população que tem que se gerenciar/quantificar/elaborar a vida. Com o surgimento dos estados nacionais, surgem os departamentos de estatística¹ na primeira metade do século XIX. Com esses dados, tem-se informações consistentes sobre o estado de vida de uma população, para realizar políticas direcionadas à ela. Isso é um indicativo de como se torna necessário ter informações sobre determinada população que habita/vive num determinado território. Não vamos desconsiderar que atualmente ninguém governa sem estatística, sem parâmetros de avaliação, sem “métrica”. É necessário quantificar para qualificar. Sem dados objetivos de mensuração de qualidade de vida da população não há a possibilidade para formular suas políticas públicas de maneira a considerar a realidade.

A *normalidade* é o imperativo da modernidade: medir cada vez mais tudo que o concerne à vida da população, caracterizando-se como uma “lei social”. É com estas medidas que a EF e as ciências da área biomédica se relacionam:

Criam-se novos critérios de mérito e reconhecimento, novos valores com base em regras higiênicas, regimes de ocupação de tempo, criação de modelos ideais de sujeito baseado no desempenho físico. As ações individuais passam a ser dirigidas com o objetivo de obter melhor forma física, mais longevidade, prolongamento da juventude, etc. Na biossociabilidade todo um vocabulário médico-fisicalista baseado em constantes fisiológicas, taxas de colesterol, tono muscular, desempenho físico, capacidade aeróbica populariza-se e adquire uma conotação “quase moral”, fornecendo os critérios de avaliação. (ORTEGA, 2005, p. 154).

A partir do momento que o corpo-carne passou a ter uma medida para ser metrificado, esquadrinhado, comparado e manipulado (SOARES, 2008), começa a haver um controle sobre esse corpo-espécie e uma relação de poder na medida em que se tem o enquadramento à ela, configurando a própria relação de poder (a *norma*, o padrão, aquilo tido como o *normal*). No plano populacional, há o surgimento dos estudos demográficos, via estatística, que se configura na forma de *medir* o corpo-população de uma nação e a constituição de uma “saúde pública” para dar conta dessas problemáticas.

Talvez uma história da balança, como instrumento que afere o peso corporal, pudesse testemunhar o lento processo de inserção da medida no peso corporal na vida cotidiana e atestar uma mudança de sensibilidade e tolerância em relação à gordura e mesmo da determinação do peso corporal como índice a ser considerado para a saúde das populações (SOARES, 2008, p.76).

Pensar o contexto da biopolítica requer compreender e refletir o que significa “gerenciar a vida”, e, ainda, como isso se torna possível. Conforme argumenta Lazzaratto (s/d), a “vida” torna-se desafio das novas lutas políticas e

das novas estratégias econômicas, ou seja, os *dispositivos de poder* referem-se ao momento em que os *processos de vida* passaram a ser produzidos – o que se configura numa novidade radical na história da humanidade.

Assim, faz-se necessário explorar aquilo que Foucault denominará de governamentalidade, devido à emergência da população como problema político e seu governo (modos de abordagem, de indicações, medições, avaliações, proposições etc.). Se outrora a intenção era “deixar viver e fazer morrer” como papel do Estado, a partir do Século XVIII o que entrará em cena será o “fazer viver e deixar morrer”: teremos o paradoxo de uma política que embora em seu termo possa apontar uma potencialização da vida humana, no fundo, pretende-se a uma redução dela a determinados parâmetros de ordem biológica, mas também da ordem das ideias e discursos (uma sociedade normalizada), na qual a vida também se empobrece, se reduz. Uma sociedade da norma² também é uma sociedade da barbárie, da violência; em nome da imposição contra o mal qualquer elemento se justifica.

Nos alicerces das questões da governamentalidade estão as tecnologias que agem como dispositivos da mesma. Foucault (2015) comenta sobre aquilo que ele considera os quatro principais tipos de *tecnologias*:

1. As *tecnologias de produção* (que nos permitem produzir, transformar e manipular coisas);
2. As *tecnologias de sistemas de signos* (as que nos permitem utilizar signos, sentidos, símbolos ou significados);
3. *tecnologias de poder* (responsáveis por determinar as condutas dos indivíduos, fazendo uma objetivação do sujeito); e,
4. As *tecnologias do eu* (a forma que os indivíduos têm em efetuar, por conta própria ou com ajuda de outros, certo número de operações com seu corpo e alma, obtendo assim uma transformação de si mesmos, seria a forma como cada indivíduo atua sobre si mesmo).

Foucault (2008b, p.48) ainda complementa que “Estos cuatro tipos de tecnologías casi nunca funcionan de modo separado, aunque cada una de ellas esté asocia-

da con algún tipo particular de dominación.” e que “Este contacto entre las tecnologías de dominación de los demás y las referidas a uno mismo es lo que llamo gobernabilidad.” (Idem, 2008, p.49).

Todas essas tecnologias estão imbricadas nos procedimentos ascéticos que Foucault define como sendo um conjunto ordenado de exercícios disponíveis, recomendados e utilizados pelos indivíduos dentro de um sistema simbólico que tem como fim atingir um objetivo específico. Por assumir uma condição simbólica, a ascese possui uma dimensão política e moral. “O asceta oscila entre uma identidade a ser recusada e outra a ser alcançada, a subjetividade desejada representa para o asceta a verdadeira identidade para o qual se orienta o trabalho ascético” (ORTEGA, 2008, p.20).

Na base desse processo está a compreensão do *self* como um projeto reflexivo. O autogoverno e a formação de bioidentidades se dão mediante toda uma série de recursos reflexivos e de práticas de bioacesce (manuais, terapia, *fitness*). A reflexibilidade é o processo de taxaço contínua de informação e peritagem sobre nós mesmos. Não apenas o *self*, mas principalmente o corpo, aparece marcado pela reflexibilidade (ORTEGA, 2008, p. 32).

No campo da EF, um exemplo desse processo de peritagem e reflexibilidade corporal é a cultura *fitness*. Desde a década de 1970, a cultura *fitness* vem ganhando destaque como um dispositivo de intervenção corporal, trabalhando no simbólico, no imaginário, nos sonhos, nas fantasias e, sobretudo, na organicidade do corpo. É em nome de um arquétipo de corpo forte, saudável, belo, hígido, eficiente e potencializado que as práticas e discursos da cultura *fitness* modelam, formam e reformam os corpos e subjetividades dos sujeitos. Entendemos aqui cultura *fitness* como sendo:

Um conjunto de dispositivos que operam em torno da construção de uma representação de corpo que conjuga como sinônimos saúde e beleza, associando-se a termos representados como plenos de positivities, dentre eles bem-estar, qualidade de vida, vida ativa e vida saudável. (GOELLNER; SILVA, 2012, p. 200).

O entendimento de cultura *fitness* vai além dos exercícios físicos; estão envolvidos também discursos e práticas que vão, desde formação de profissionais, passando por publicações, programas de TV, *sites*, *blogs*, produtos diversos etc. (GOELLNER; SILVA, 2012). Ou seja, a cultura *fitness* está presente em um sem-fim de lócus que produzem e reproduzem práticas discursivas e/ou não discursivas advindas de seus ideais – corpos fortes, saudáveis, belos, eficientes, potencializados – girando em torno de “representações idealizadas de saúde, de beleza estética e de *performance*” (NUNES; GOELLNER, 2009, p. 58). Com isso, o termo *fitness* passa a ser entendido, não apenas sob o aspecto físico/estético, mas também como um modo de vida, um ideal a ser seguido.

Candiotto (2013) analisa que é com a publicação dos livros *Segurança, Território, População* e *Nascimento da biopolítica* que Foucault ampliará seus domínios quanto à analítica do poder. São nessas duas obras que, em síntese, pode-se dizer que há a análise da *governamentalidade*: “A inovação de tal projeto é sua perspectiva de abordagem. Ao contrário de análises filosóficas tradicionais que se detêm na história das doutrinas políticas e suas ideologias, Foucault almeja salientar o *modus operandi* das tecnologias políticas e seus mecanismos de racionalização.” (CANDIOTTO, 2013, p.94)

Na aula do dia 1º de fevereiro de 1978, Foucault procura inventariar a questão do *governo* ao longo dos séculos, trazendo a discussão sobre segurança-população-governo. Importante considerar que Foucault realiza essa genealogia trazendo para o debate *O Príncipe* de Maquiavel e o contexto italiano daquela época, que passam a ser a base de discussão para algumas aulas de Foucault em seu curso *Segurança, Território, População* (FOUCAULT, 2008). Por que Foucault traz Maquiavel para o diálogo? Porque para Foucault, Maquiavel é o primeiro que introduz o problema da calculabilidade (da gestão) no exercício do poder. Para Foucault, o príncipe exercia seu poder calculando suas forças – uma força militar para controlar o seu território. Para Maquiavel, “governar coisas” (o alvo do poder) refere-se a duas, o território e a população que reside neste território. Território é o principal elemento para se pensar a soberania. Já Foucault (2008, p.142) vai ponderar que

administrar a população não é simplesmente administrar a massa coletiva, “[...] administrar a população quer dizer administrá-la igualmente em profundidade, administrá-la com sutileza e administrá-la em detalhe”.

Assim, Foucault (2008) vai definir o que ele entende e passa a considerar por *governamentalidade*:

Por esta palavra, ‘governamentalidade’, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’ entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de ‘governo’ sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por ‘governamentalidade’, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco ‘governamentalizado’.” (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

Nas aulas seguintes, como na Aula do dia 08 de fevereiro de 1978, Foucault seguirá tratando do conceito de *governamentalidade* e também irá se perguntar quais são os tipos de poder na arte de governar e que são colocadas pela prática mercantilista e pela ciência. Também irá justificar a necessidade de realizar o estudo da *governamentalidade* para adentrar nas questões quanto ao território e à população.

Foucault vai se valer de dicionários franceses para entender melhor a palavra *governar*. Inicialmente, descobre que *governar* relaciona-se com um aspecto físico, material, de ir e seguir em frente. Depois, no sentido de proporcionar subsistência. Em seguida, aparecerão os

significados de ordem moral, no sentido de “conduzir alguém”. (FOUCAULT, 2008, p.163):

Vemos que a palavra ‘governar’, antes de adquirir seu significado propriamente político a partir do século XVI, abrange um vastíssimo domínio semântico que se refere ao deslocamento no espaço, ao movimento, que se refere à subsistência material, à alimentação, que se refere aos cuidados que se podem dispensar a um indivíduo e à cura que se pode lhe dar, que se refere também ao exercício de um mando, de uma atividade prescritiva, ao mesmo tempo incessante, zelosa, ativa e sempre benévola. Refere-se ao controle que se pode exercer sobre si mesmo e sobre os outros, sobre seu corpo, mas também sobre sua alma e sua maneira de agir. (FOUCAULT, 2008, p.164)

E assim, diferenciando-se de Maquiavel, Foucault vai afirmar que “[...] nunca se governa um território, nunca se governa uma estrutura política. Quem é governado são sempre pessoas, são homens, são indivíduos ou coletividades.” (Idem, p.164).

Foucault acredita que a ideia de *governo* não é grega, e sim que deve ser buscada no Oriente pré-cristão, primeiro, e depois no Oriente Cristão. Isso sob duas formas: primeiro, sob a forma de um poder e de uma organização do tipo pastoral, depois, sob a forma da direção da consciência, da direção das almas.

Castro (2014), ao tratar sobre a sociedade de normalização, a partir de Foucault, considera que há a dimensão do corpo do indivíduo (a normação), em que o que age ali é a dimensão das disciplinas; e que na dimensão do corpo da espécie da população (a normalização), o que ocorrerá é uma tentativa de pensar o conjunto da população e um modo único de como a vida deve ser vivida, a biopolítica, então, é o governo da população.

Conforme Castro (2014), de 1974 e até 1979, Foucault vai se dedicar à descrição dos dispositivos de poder centrados no governo do corpo dos indivíduos e das populações – será o tema central de seus livros e cursos: “Para a sociedade capitalista, o que importava era antes de tudo o biopolítico; o biológico, o somático, o cor-

poral (FOUCAULT, 1994, t. III, p.210; 1984d, p.80 *apud* CASTRO, 2014, p.85).

A biopolítica sempre funcionou, em grande medida, como uma reflexão sobre os modos como se constituem e se “produzem” politicamente subjetividade e a comunidade dos homens a partir de uma gestão dos corpos e da vida: em seu aspecto positivo, pensa como o controle e o disciplinamento de corpo produz normas de vida que tornam reconhecível o indivíduo ou a pessoa, na linha que vai da pastoral de Foucault à análise da governabilidade; em sua fase negativa e excludente (mas completamente complementar a anterior), pensa os modos em que se traçam essas “cesuras” pelas quais, a partir da raça, da sexualidade, da doença, da classe, etc., se definem hierarquias entre corpos e entre formas de vida; em ambos os casos, a biopolítica diz que o humano se constitui politicamente a partir de uma gestão dos corpos – e que portanto, se trata de uma política de corporalidade, de corporização, do que faz do corpo e da vida um terreno sobre o qual se estampam normas e formas de vida normativa. (GIORGI, 2016, p.39)

A figura abaixo ilustra de maneira gráfica como seria essa organização do pensamento em relação ao contexto da formulação biopolítica:

Figura 01: Disciplinas e mecanismos reguladores



Fonte: Adaptado de Donnelly (1999) e Revel (2005)

O conceito de disciplina na obra de Foucault faz deslocamentos muito grandes – porém, não deixou de lado a subjetivação/objetivação. Em “Vigiar e punir”, Foucault trata da disciplina a partir da vigilância e do poder das instituições que assujeitam o corpo e tornando-o dócil. Ao final de sua obra, Foucault já sinaliza a disciplina como uma técnica do poder sobre si a partir de práticas ascéticas de “libertação” através da vigilância e dos cuidados de si – ética e estética.

No que tange a disciplina, em “Vigiar e punir”, Foucault (2001, p. 119) menciona que:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar a sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o articula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, que está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas que operem como se quer, com técnicas segundo a rapidez e eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Nas obras finais de Foucault, “História da sexualidade: o uso dos prazeres” e “História da sexualidade: o cuidado de si”, ele trata da ética na relação do ser-consigo na medida em que o sujeito se autovigia através de uma disciplina bio-ascética como ser moral de seus próprios atos na relação de si para consigo. Para Foucault, a ascese é assim uma alternativa para a disciplina. Para Ortega (2008) a ascese representa uma saída aos impasses apresentados pela sua análise do poder, a qual localizava os pontos de resistência aos dispositivos disciplinares no corpo. Porém, o indivíduo não dispõe dos meios para utilizar o corpo de forma ativa contra esse poder subjetivamente que o constitui. Ou seja, ela sempre estará presa à matriz das bio-identidades.

As técnicas de si são práticas de reflexão voluntárias através das quais os indivíduos se procuram transformar a si próprios, fixar-se regras de conduta e modificar-se na sua singular forma de ser. Trata-se de um dispositivo de autogoverno dos indivíduos, que se exerce continuamente sem necessidade que haja quem governe diretamente a conduta de cada um. A esta

modalidade de governo é-lhe suficiente que haja quem se sinta governado e, portanto, se governe a si próprio. O que exige uma particular forma na construção de novas subjetividades (GOMES, 2013, p. 75-76).

Já quando pensamos a disciplina na dimensão da biopolítica, estamos pensando na regulação da população, na unidade que é múltipla. Uma uniformização implica normalização, o meio tornará possível a uniformização daquilo que é múltiplo. O que se pensa e intervém na vida naquilo que é múltiplo com o instrumento da *norma*. Importante lembrar, com aquilo que o próprio Foucault exaustivamente escreveu e refletiu, que essas dimensões não se opõem, não se excluem, elas se complementam e se modificam no decorrer da história. Os mecanismos reguladores, então, seriam as políticas públicas de saúde, a intervenção do Estado na perspectiva da população como um todo, como as políticas de promoção de saúde que tem como alvo o conjunto da população.

Se a *disciplina* é uma tecnologia de poder que age em relação ao corpo do indivíduo, a *biopolítica* se configura como um dispositivo de poder que age em relação ao corpo da população. Vejamos cada um, com o auxílio dos argumentos de Castro (2014).

Em relação à *disciplina* como tecnologia do poder, Castro (2014, p.92-93) escreve que:

[...] a disciplina é um dispositivo, vale dizer, uma rede de relações entre elementos heterogêneos (instituições, construções, regulamentos, discursos, leis, enunciados científicos, disposições administrativas) que surge com vistas a uma determinada finalidade estratégica (nesse caso, a produção de indivíduos politicamente dóceis e economicamente rentáveis) e cujo funcionamento e cujos objetivos podem modificar-se para adaptar-se a novas exigências. O dispositivo disciplinar funciona sobre a base de uma série de técnicas.

Quanto à *biopolítica* ou ao *governo da população*, Castro (2014) argumenta que é com o curso “Nascimento da biopolítica”, ministrado entre 1978 e 1979, que Foucault sustentará que para entender a biopolítica, precisamos

compreender o contexto geral da racionalidade política do liberalismo, porque este não é só uma teoria econômica (de busca de competitividade, do cálculo de custos e benefícios), configura-se numa concepção político-antropológica (estabelecendo formas não-estatais de governamentalidade do homem).

Se pensarmos nos padrões corporais de beleza percebermos que eles têm uma relação muito forte com questões de mercado/capitalismo e de ciência/saber, que, no entanto, só funcionam na medida em que se cria na cultura uma subjetivação do que seja “belo”. Cria-se no imaginário cultural a noção de belo, e então, os sujeitos são seduzidos e mobilizados pela busca de tal padrão. O sujeito é fantasmagorizado por um ideal de corpo, que lhe projeta um desejo, uma falta. Se ser belo é ser jovem, ter músculos delineados, o contrário é ser feio: ser velho, ser gordo.

O trabalho cultural é de cunho político, cria-se a estética frente ao corpo belo que faz girar toda uma política de busca desse padrão. É atuando na gestão do desejo e esquemas de percepção que a mítica da beleza sugere cuidados e gestos específicos, é desta forma que ela afirma sua autoridade. Sendo assim, é preciso que sejam também criadas as “técnicas de si”, aquelas que fazem com que os indivíduos criem para si uma necessidade de comportamento na busca e apropriação do corpo belo; é necessário criar uma cultura do belo; projetar signos, imagens. Trata-se da formação de um sujeito que se autocontrola, autovigia e autogoverna na busca desse corpo.

A ciência cria tecnologias que produzem os bens de consumo no mercado da beleza que são feitas para alcançar o corpo “mitificado” pelo belo. Todas estas mercadorias estão expostas nas prateleiras do mercado do corpo. No entanto, não basta somente que o *logos* crie técnicas que potencializem o belo no corpo, é preciso que haja o convencimento, é preciso que haja o mito. Ou seja, é preciso que a ideia de “fazer uma lipoaspiração” ou “pôr silicone” sejam sustentadas por um mito que as signifique como bela:

Sob a lógica do consumo, são deflagrados novos hábitos e comportamentos, onde cada um

passa a ser responsável pelo gerenciamento da aparência e dinâmica física e mental, comprometido com fluxos, velocidades e imediatismos, visando resultados praticamente instantâneos. Sob o peso dessa responsabilidade cada um passa a ser avaliado, exaltado, julgado, acusado e às vezes, condenado pelo corpo e pela saúde que tem (COUTO, 2009, p.55)

Assim, o mercado oferece um amplo repertório de produtos, práticas corporais e intervenções cirúrgicas que prometem adequá-los aos padrões, deixando seus corpos belos e prontos para serem exibidos. A cirurgia de reparação plástica, a aplicação de próteses de silicone e a lipoaspiração são os produtos que vêm crescendo em termos de demanda. As biotecnologias com seus instrumentos e próteses adequam o corpo a um determinado padrão de beleza. Todo esse domínio técnico e científico sobre o corpo Foucault desvela sob a égide do mercado e da política.

Nesse cenário, outro ponto importante destacado por Foucault refere-se ao surgimento dos interesses sobre a saúde e o bem-estar físico da população em geral “[...] como um dos objetivos essenciais do poder político [...] da maneira como se pode elevar o nível de saúde do corpo social em seu conjunto. [...] O imperativo da saúde: dever de cada um e objetivo geral.” (FOUCAULT, 2015, p.301). E assim o poder médico ganha cada vez mais força neste século XVIII:

O médico se torna o grande conselheiro e o grande perito, se não na arte de governar, pelo menos na de observar, corrigir, melhorar o “corpo” social e mantê-lo em um permanente estado de saúde. E é sua função de higienista, mais do que seus prestígios de terapeuta, que lhe assegura essa posição politicamente privilegiada no século XVIII, antes de sê-la econômica e socialmente no século XIX. (FOUCAULT, 2015, p.310)

Há uma produção de saberes e controle da população como uma tecnologia da biopolítica. Um saber de forma ampla estendido à população de forma ampla. A população deve ser submetida a critérios de controle. Um dos exemplos que podemos citar refere-se à questão da prá-

tica da atividade física e sua relação com a saúde, em que, com a “padronização” do IMC (Índice de Massa Corporal) não dando conta da diversidade populacional, surge a relação cintura-quadril (que mede as possíveis implicações do acúmulo de gordura na região abdominal que parece apresentar maior probabilidade de comprometimento do sistema cardiovascular). Há uma intenção cada vez mais frequente e presente em medir as condições de vida da população. Por um lado, temos uma produção cada vez mais importante dos saberes biomédicos que se tornam um parâmetro biomédico sobre condições de vida. Por outro lado, há um conjunto de formas de fazer circular esses saberes. Cada vez mais somos bombardeados por diferentes instituições sobre a forma de vida que a gente vive (e deveria viver sob determinados parâmetros, tornando a vida “adequada”).

Na obra “Microfísica do poder”, Foucault (2015, p. 144) tece importantes considerações genealógicas sobre o poder na sociedade, partindo da hipótese principal de que:

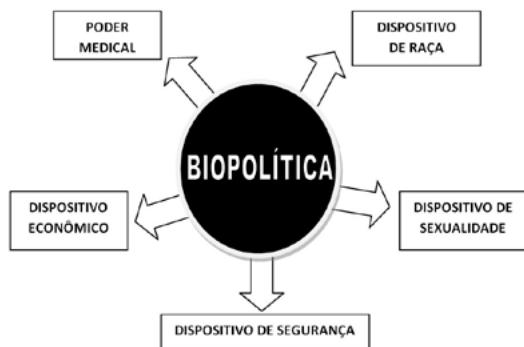
[...] com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica.

Dispositivos biopolíticos: paralelos com a Educação Física

Ainda no âmbito da *governamentalidade*, trazemos registros sistematizados por Fahri Neto (2008) que auxiliam visualizarmos um panorama da biopolítica e seus vários dispositivos, como o poder medial, o dispositivo de raça, o dispositivo econômico, de sexualidade e de segurança, conforme figura abaixo. *Dispositivos*, no lin-

guajar foucaultiano, referem-se a um conjunto de elementos discursivos e não discursivos que criam redes e micro-redes de poder que tem como produto produzir subjetividades.

Figura 02: A biopolítica e seus múltiplos dispositivos



Fonte: Adaptado de Fahri Neto (2008)

Relembremos, antes de abordá-los separadamente na sequência do texto, que há três mecanismos de poder em Foucault: as *tecnologias do poder* (que se referem a um plano mais em seu sentido macro); as *técnicas de poder* (que se subordinam às tecnologias do poder, por exemplo, a “confissão” é uma “técnica”); e as *táticas e estratégias* (que permitem a mobilidade, o instável, o movimento de “mover-se”, ou seja, a dimensão da tática está na dimensão da ação dos sujeitos).

Dispositivo Biomédico ou política-medicina. Abordar a biopolítica a partir do seu dispositivo biomédico ou do poder medical é considerar a formação da autoridade médica, a estatização da medicina e a sociedade normalizada. Conforme Fahri Neto (2008, p.49):

[...] a biopolítica são as práticas pelas quais a sociedade capitalista buscou regular a saúde da população. [...] O capitalismo encontrou na saúde das populações um lugar de apoio, de suporte, de reforço dos seus mecanismos de poder. A medicina social, a medicina de Estado, a medicina urbana, a higiene pública, a medicalização intensa e compulsória da vida, se tornaram estratégias para o controle social.

Foucault fala de um determinado modo de se ter um discurso oficial sobre o corpo, neste caso, o poder do saber da biomedicina, que se torna hegemônico. Ainda para

Fahri Neto (2008, p.50): “A medicalização da vida implica uma redução da autonomia individual. O poder medical torna-se o senhor da doença e da saúde. [...] A medicalização intensiva da sociedade tem efeitos imprevisíveis sobre o desenrolar da bio-história, da história da humanidade enquanto espécie biológica”. Fazendo relação de como isso implica, por exemplo, na EF e seus saberes e práticas, esse importante fragmento de Soares (2008, p.76) é bastante elucidativo:

A *medida* inaugura um modo de olhar e ao mesmo tempo um modo de intervir, materializando com intensidade, e quase mecanicamente, os processos de conformação dos corpos, trazendo à cena mais claramente o conjunto de saberes e práticas aos quais tem recorrido a pedagogia [...] *Medir* torna-se, de fato, a ação e a intenção primeira para domesticar o corpo e enquadrá-lo em supostas normalidades. Medir o peso, a força, a resistência, a velocidade, a flexibilidade, e, hoje, mais intensivamente, medir os *índices de massa corporal (imc)*: o quanto de massa magra (massa muscular), o quanto de gordura um corpo deve conter; *medir*, trazer à luz um dado matemático que permite conhecer um funcionamento, uma espessura da pele ou dos músculos, uma impulsão, um batimento cardíaco [...] Medir ainda o quanto se deve comer de tal ou qual alimento, a quantidade de sal ou de açúcar, de álcool ou de leite que diferentes *faixas etárias* ou *populações* devem ou podem consumir.

Paralelo a isso e de forma imbricada, Gomes (2013, p.68-69) vai argumentar o seguinte:

Nessas circunstâncias, o que se come, o exercício que se faz, a monitorização corporal que se segue, a sexualidade que se mantém a uma escolha pessoal que, supostamente, constrói a narrativa de cada um. Por conseguinte, a doença passou também a estar associada com a insuficiente vontade de cuidar de si. Não fazer exercício, não ser capaz de deixar de fumar, não comer de forma adequada e moderada são vividos enquanto défices volitivos e morais que responsabilizam o próprio pelo seu bem-estar.

Dispositivo de raça ou política-guerra. Fahri Neto (2008) utiliza os exemplos do nazismo e do stalinismo

para abordar este tópico, em que a ideia central refere-se ao direito de matar e de fazer guerra. Para este mesmo autor: “O nazismo e o stalinismo podem ser interpretados não exatamente como continuidades, mas como transformações desses dois operadores do século XIX: o ‘racismo de Estado’ e a ‘luta de classes’, os quais, por sua vez, como vimos, derivam da ideia de uma luta de raças.” (FAHRI NETO, 2008, p.52). Para Fahri Neto (2008, p.51), Foucault apresenta um percurso de outra discursividade, “[...] para a qual, ao contrário do que estabelece a concepção jurídica, a política é uma continuação da guerra, a política se funda na guerra”.

O corpo negro no âmbito esportivo contracena num palco que oscila entre valorações de cunho negativo e positivo. Só no primeiro semestre de 2014 o Brasil foi palco de 4 processos de racismo apresentados à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). As vítimas de preconceito racial foram os jogadores: Tinga (Cruzeiro/MG), Arouca (Santos/SP) e Maicon (Maringá/PR); e mais o árbitro gaúcho Márcio Chagas da Silva. Inversamente, ser negro, por exemplo, no âmbito do atletismo, atribui conotações simbólicas positivas. Para a Olimpíada Rio/2016, 63 quenianos conquistaram índice para participar da maratona, porém, só 3 deles puderam correr a prova, conforme regulamento que normatiza este número de 3 atletas de cada país nesta prova. Nas provas de velocidade os negros também logram de um poder de superioridade. O francês Christofhe Lemaitre, em 2013, se tornou o septuagésimo segundo homem a correr os 100 metros rasos abaixo da marca dos 10 segundos, ele foi o primeiro branco a conseguir este feito.

O corpo é um complexo de símbolos, um sistema simbólico que traz em si as marcas da cultura de onde provém. “Pelo seu corpo, o ser humano está em comunicação com os diferentes campos simbólicos que dão sentido à existência coletiva” (LE BRETON, 2011, p. 37). Assim, pode-se dizer que é no corpo que nossa identidade se manifesta através de signos. Viana e Castilho (2002) mencionam que o corpo traz os signos que nos posicionam: ser (ou não ser) magro, baixo, negro, loiro, deficiente etc.; ter (ou não ter) tal ou qual sexo, idade, língua etc.; partilhar (ou não partilhar) de tal ou qual costume, tradição, território,

classe social etc. Esses signos, cujos significados não são estáveis nem têm a mesma importância ou penetração relativa, combinam-se e recombina-se permanentemente entre si e é principalmente no corpo que se tornam visíveis.

Sob esta ótica, questões relacionadas ao corpo negro podem ser vistas como aspectos que estruturam relações de poder na medida em que atribuem valores às diferenças, dimensionando-as simbolicamente como inferior ou superior. Foucault (2000) menciona que o corpo passa assim a ser dominado por inúmeros signos que exercem sobre ele relações de poder na medida em que precisa ser formado, corrigido e receber certo número de qualidades.

O fato é que uma vez construída as relações de poder a partir dos signos de representação corporal – dentro de um determinado grupo ou cultura – eles fixam uma categorização social sob a qual se dá o jogo da (in)exclusão. Estas relações de poder estão em todas as partes: nos signos de cor de pele, de corpulência, de higiene, nos modos de vestir e usar adereços etc. O corpo pode ser assim também compreendido como um signo de demarcação e distribuição de poder.

Dispositivo da sexualidade ou política-sexualidade. Conforme Fahri Neto (2008) é o que dá o suporte de regulação da população. Neste dispositivo da sexualidade, Foucault se coloca contrário a Freud, contra o que ele chama de “hipótese repressiva”, de que o sexo é a reprodução da força de trabalho. Há duas consequências dessa hipótese: (1) silêncio sobre o sexo; (2) casal legítimo, heterossexual e monogâmico. É justamente porque há uma circulação tão grande, tão ampla, que nós também somos produzidos a partir da *norma* que se refere ao sexo. Há uma interdição de uma determinada forma de práticas sexuais que se consideram anômalas.

Para ilustrar esse fenômeno recortado a partir do campo da EF, trazemos ao texto a pesquisa de Zoboli *et al* (2015), que versa sobre as demarcações e governo dos corpos no Mundial de Atletismo na Rússia em 2013, o qual trata das manifestações dos atletas contra a lei anti-gay apro-

vada naquele país. O citado campeonato ocorreu na cidade de Moscou entre os dias 10 e 18 de agosto e foi marcado principalmente por repressões e proibições no que tange às questões ligadas a relações homoafetivas, já que, dois meses antes do evento, o presidente russo, Putin, declarou, com aprovação do parlamento daquele país, a lei anti-gay.

A citada lei proíbe divulgações sobre a homossexualidade para menores de 18 anos de idade. De acordo com o Artigo 6.21 do Código de Violações Legais Administrativas da Federação Russa, é permitido ao governo multar pessoas acusadas de divulgar “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores”, sendo cabível multa ou detenção.

O Mundial de Atletismo ocorrido em meio à efervescência da decretação da lei, gerou manifestações de atletas que protestaram frente ao preceito. Os episódios com maior repercussão foram: o caso das suecas Moa Hjelmer e Emma Green-Tregaro, que pintaram suas unhas com as cores do arco-íris em apoio aos gays; e as atletas russas Kseniya Ryzhova e Tatyana Firova, que durante a cerimônia de entrega de medalhas do revezamento 4x400, beijaram-se nos lábios, quando se encontravam no pódio para o recebimento público das premiações. Diante do ocorrido, algumas manifestações de apoio à lei surgiram por parte de alguns atletas. Em meio à contestação, destacou-se a declaração da principal atleta russa, Yelena Isinbayeva, que manifestou-se a favor da lei.

O pênis e a vagina seriam signos distintivos, de diferenças físicas, responsáveis por agrupar a pessoa no interior de um gênero biológico. A partir dessa classificação distintiva, a sociedade passa a se relacionar com um ou com outro de modos, também, diferentes. Dessa forma, o pênis e a vagina indicam, cada qual, como os outros na sociedade deverão se relacionar com aquele que é portador de um signo ou de outro. As categorias de gênero, dispositivo de demarcação e governo de corpos nada mais são do que uma gama de discursos e práticas, uma gama de técnicas e sistemas de julgamentos – de cunho moral e ético – mediados por agenciamentos históricos de subjetivação na medida em que, além de ter um pênis ou uma

vagina, o sujeito deverá internalizar os conteúdos e as formas de relacionamentos existentes na sociedade, entre os sujeitos, conforme suas diferenças e semelhanças. (ZOBOLI *et al*, 2015, p. 616)

Os atletas que protestam não conseguem visualizar um lugar onde seu “eu” seja contemplado. O eu é constituído por posições e essas posições não são meros produtos teóricos, mas princípios organizadores totalmente imbuídos de práticas materiais que produzem um “sujeito” viável (BUTLER, 1998). Frente à política que exige um sujeito “universal”, os atletas clamam contra seu apagamento singular. Nesse sentido, protestar contra a lei é ir contra as formas de regulação de comportamento que a mesma dita; é denunciar algo que não os representa. O que está evidente é que os protestos dos atletas reivindicam pensar os corpos pela questão da diferença, que existem outros modos para se pensar as relações entre gêneros: pensando a diferença na diferença. (ZOBOLI *et al*, 2015)

Dispositivo de segurança ou política-segurança da população. Conforme Fahri Neto (2008) é quando o Estado toma para si a responsabilidade quanto às ocorrências que podem causar danos ao conjunto da população e ao Estado como um todo, bem como os efeitos disso, e envolvem “[...] mecanismos de segurança militar e jurídica, os mecanismos de segurança social, seguro-saúde, seguro-desemprego, fundos de solidariedade, vigilância policial, prevenção da criminalidade.” (Idem, p.56). Ainda para este mesmo autor:

A segurança envolve tudo aquilo que representa um perigo, uma ameaça à vida. [...] O sentimento de desamparo e o medo tornaram-se importantes para o funcionamento das democracias liberais no Ocidente. [...] A biopolítica – o exercício do poder pelo Estado como cuidado com a vida da população, frente à virtualidade dos perigos que constantemente a ameaçam – é a modalidade contemporânea da função política. (FAHRI NETO, 2008, p.56)

Esse dispositivo fica visível, por exemplo, quando somos como clientes de empresas de seguro-saúde, con-

vocados a ajudá-las a controlar suas despesas incrementando a prática de atividade física (aumentando nossa capacidade cardiovascular) no nosso cotidiano e, também, reduzindo nosso índice de massa corporal (GUMBRECHT, 2005).

Dispositivo de economia ou política-governamentalidade neoliberal. Fahri Neto (2008, p.58) expõe que “Cabe ao governo neoliberal criar as condições jurídicas e tecnológicas para que os diversos setores sociais alienados dos princípios de regulação de mercado possam funcionar como domínios econômicos efetivos, abertos à concorrência.” Trata-se de uma forma de inteligibilidade, em que a economia, através das formas de ação do neoliberalismo, determina o comportamento individual dos sujeitos, assujeitando-os “[...] a partir da manipulação das variáveis econômicas” (Idem, 2008, p.59). Para Fahri Neto, ainda, em relação ao dispositivo da economia, deve-se entender que “Governar a população é fazer com que todo fenômeno social seja também uma atividade econômica.” (Idem, 2008, p.59).

No seu livro “Elogio a beleza atlética”, Gumbrecht (2005) descreve como exemplo disso as Olimpíadas de 1984 (Los Angeles/EUA) e 1988 (Seul/Coréia do Sul), que foram as primeiras olimpíadas que tiveram um nível superior de receita do que de gastos. Segundo o autor isso se deveu principalmente à publicidade televisiva dedicada ao esporte. “Com o sucesso econômico da transmissão das olimpíadas no final da década de 1980, surgiu a ideia de que a distribuição da receita gerada deveria incluir os atletas cujas modalidades, analisadas isoladamente, não gerariam renda” (GUMBRECHT, 2005, p.104).

Ainda sobre o dispositivo da economia no meio esportivo, Gumbrecht menciona outro desdobramento oriundo dessa política econômica: a ligação de atletas mais vinculadas à marca esportiva de seus patrocinadores de que seu próprio clube ou país:

No mundo todo, a imagem de Michael Schumacher está muito mais associada à marca Ferrari que à Alemanha, onde ele nasceu; e para as centenas de milhares de fãs de Michael Jordan em

todo o planeta é provável que, quando se ouve o seu nome, a palavra Nike venha à cabeça mais rápido que a palavra norte-americano (GUMBRECHT, 2005, p. 105).

Considerações finais

Retomando o objetivo deste ensaio, que foi o de revisar o conceito de biopolítica de Foucault a fim de tensionarmos empiricamente algumas questões que giram em torno do corpo no âmbito da EF, consideramos que Foucault com sua construção teórica, permite-nos uma série de reflexões a partir das questões do corpo para o campo: o corpo enquanto mercadoria; as questões de governabilidade com as normativas de raça e gênero; a espetacularização do fenômeno esportivo; as práticas corporais higiênicas com fins de saúde; dentre outras. Identifica-se facilmente as questões ligadas ao corpo sob a égide da biopolítica no mundo contemporâneo e na discursividade que por ele circula, uma tentativa de construção de verdade em relação ao sujeito, em que o discurso biomédico procura apresentar-se como verdade inquestionável, inabalável, hegemônico, desprezando uma série de outros conhecimentos “não científicos” mas que ajudam a explicar o humano por outro viés, e que, como vimos, não por coincidência, mas por um jogo de táticas e estratégias (dos poderes institucionais) vão sendo deixados de lado e priorizando um determinado tipo de saber/conhecimento.

Tudo isso configura-se dentro da perspectiva que Foucault identificou em relação à inversão que a modernidade realizou entre o *cuidado de si* e o *conheça-te a si mesmo*, ou seja, para Foucault, “[...] ha habido una inversión entre la jerarquía de los dos principios de la Antigüedad, «Preocúpate de ti mismo» y «Conócete a ti mismo». En la cultura grecorromana el conocimiento de sí se presentaba como la consecuencia de la preocupación por sí. En el mundo moderno, el conocimiento de sí constituye el principio fundamental.” (FOUCAULT, 2008b, p.55). Vemos essa “inversão” em relação às informações que nos são transmitidas, a todo momento, desde nosso íntimo familiar, passando pela escola (e seus conteúdos), e também via recepção midiática, ou seja, “conhecemos”

sobre “tudo” em relação a esse corpo (mediatizado, espetacularizado, fetichizado) e também em relação à saúde (ou será que o que sabemos mesmo é sobre doença? sobre os riscos de adoecermos?), somos informados a todo momento, desde muito cedo e até a velhice sobre o *que* e *como* fazer para ter um corpo saudável e belo, um corpo consumidor, um corpo que se torna num *capital corporal*, condizente com a ideia do empreendedorismo (da lógica neoliberal), embora o real *cuidado de si* talvez não consigamos ter.

Várias outras questões poderiam ser colocadas aqui, tanto em relação à produção de discursos e verdades, o papel da ciência nessas estratégias, a mídia atuando conjuntamente e configurando-se como propagadora desses saberes, gerando importantes e problemáticas implicações. Poderíamos também falar sobre o assujeitamento em Foucault, ou seja, como as práticas de enunciação na constituição das ciências modernas do homem vão criando efeitos de poder, no caso da EF, nos famigerados usos dos questionários do ‘bem estar’, em que os sujeitos informam o que comem, quando e quanto comem, o que praticam, o que realizam em seu tempo de lazer, detalhes de sua vida íntima etc. Para isso, aprendemos com Foucault – que já citava Kant sobre a questão do esclarecimento – que é preciso pensar e exercitar a reflexão e a atitude crítica diante desse mundo que vai se apresentando como algo natural e como uma “máquina” perfeita, em que as engrenagens parecem funcionar a todo vapor e somos só parte dessa maquinaria. Foucault procura sempre pensar nas brechas, nas resistências diante de um cenário que aparenta estar tudo sob controle. A atitude crítica é a contraconduta neste mundo biopolítico: questionar, refletir, ser crítico, dobrar-se diante do cotidiano, lançar luz sobre a real potência da vida que temos e do momento em que vivemos.

Notas

1 Foucault (2008) considera que a estatística passa a aparecer como um instrumento de decifração das forças constitutivas de cada Estado, do seu e dos outros: “A estatística se torna necessária por causa da polícia, mas também se torna possível por causa da polícia. Porque é justamente o conjunto dos procedimentos instaurados para fazer as forças crescerem, para combiná-las, para desenvolvê-las, e todo esse conjunto, numa palavra, administrativo que vai permitir que se identifique em cada Estado em que consistem suas forças, onde estão as

possibilidades de desenvolvimento. Polícia e estatística se condicionam mutuamente, e a estatística é, entre a polícia e o equilíbrio europeu, um instrumento comum. A estatística é o saber do Estado sobre o Estado, entendido como saber de si do Estado, mas também saber dos outros Estados. E é nessa medida que a estatística vai se encontrar na articulação dos dois conjuntos tecnológicos.” (FOUCAULT, 2008, p.424)

2 Conforme Foucault (1988, p.135), a *norma* pode ser assim compreendida: “[...] um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. [...] Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. [...] Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.”

Referências

- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-moderno”. **Cadernos Pagu trajetórias do gênero, masculinidades**, Campinas, v. 11, p. 11-43, 1998.
- CANDIOTTO, C. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, n.11, v.1, p.33-43, jan./abr. 2010.
- _____. **Foucault e a crítica da verdade**. 2ª. edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Curitiba: Champagnat, 2013.
- CASTRO, E. **Lecturas foucaulteanas** – uma historia conceptual de la biopolítica. La Plata: UNIPE, 2011.
- CASTRO, E. A sociedade de normalização: do intolerável à governamentalidade. In: _____. **Introdução a Foucault**. Tradução de Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p.67-118.
- COUTO, E. S. Uma estética para corpos mutantes. In: COUTO, E. S.; GOELNER, S.V. (orgs.) **Corpos mutantes: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais**. p.43-56. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009.
- DONNELLY, M. Sobre los diversos usos de la noción de biopoder. In: BALBIER, E. *et alli*. (org.) **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999, p.193-197.
- FAHRI NETO, L. Biopolítica como tecnologia de poder. **Interthesis**, Florianópolis/SC, v.5, n.47-65, jan./jul. 2008.
- FOUCAULT, M. Direito de morte e poder de vida. In: _____. **História da sexualidade**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1988, p.125-152.
- _____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. 2. ed. Barcelona: Paidós Iléica, *Colección Pensamiento Contemporáneo*, v.7, 1991.
- _____. Clase del 17 de marzo de 1976. In: _____. **Defender la sociedad** – Curso en el Collège de France (1975-1976). Tradução de Horacio Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000, p.217-238; p.239-244.
- _____. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. 22. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

_____. **Segurança, território, população** – Curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. (Aulas: 1º de fevereiro de 1978 – p.117-153; 8 de fevereiro de 1978 – p.155-180; 15 de fevereiro de 1978 – p.181-216; 22 de fevereiro de 1978 – p.217-252; 1º de março de 1978 – p.253-303; 29 de março de 1978 – p.419-448; 05 de abril de 1978 – p.449-487).

_____. **Tecnologías del yo**. In: _____. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. 1ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008b, p.45-94.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 3ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

GADELHA, S. **Biopolítica, governamentalidade e educação** – introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GIORGI, G. **Formas comuns**: animalidade, literatura, biopolítica. Tradução de Carlos Nougué. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

GOELLNER, S.V.; SILVA, A.L.S. Biotecnologia e neoeugenia: olhares a partir do esporte e da cultura fitness. In: COUTO, E.S.; GOELLNER, S.V. (Orgs.). **Corpos mutantes**: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012. p. 188-210.

GOMES, R.M. A política da vida e a saúde. In: FRAGA, A.B.; CARVALHO, Y.M.; GOMES, I.M. **As práticas corporais no campo da saúde**. São Paulo: Hucitec, 2013, p.52-82.

GUMBRECHT, H.U. **Elogio da beleza atlética**. Tradução Fernanda Ravagnani. São Paulo: Companhia das letras, 2005.

LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T.T. (org.) **O sujeito da educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p.35-86.

LAZZARATTO, M. Del biopoder a la biopolítica. **Brumaria**, n.7, Arte, máquinas y trabajo intelectual, s/d, p.83-91.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

MILOVIC, M. Biopolítica. In: GONZÁLEZ, F.J.; FENSTERSEIFER, P.E. **Dicionário Crítico de Educação Física**. 3ª. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014, 89-91.

NUNES, C.R.F.; GOELLNER, S.V. O espetáculo do ringue: o espetáculo e a potencialização de eficientes corporais. In: COUTO, E.S.; GOELLNER, S.V. (orgs.). **Corpos mutantes**: ensaios sobre novas (d)eficiências corporais. 2. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRS, p.57-64, 2009.

ORTEGA, F. **O corpo incerto**: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

ORTEGA, F. Da ascese à bio-ascese ou do corpo submetido à submissão do corpo. In: RAGO, F.; ORLANDI, L.B.L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze ressonâncias nietzschanas**. 2 Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

REVEL, J. Biopolítica. In: _____. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovasani. São Carlos/SP: Claraluz, 2005, p.26-28.

SOARES, C.L. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Figuras de Foucault**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 75-86.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica: 2004

VIANNA, A. CASTILHO, J. Percebendo o corpo. In: GARCIA, L.G. (org.). **O corpo que fala dentro e fora da escola**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002, p.17-34.

ZOBOLI, F.; CORREIA, E.S.; SILVA, R.I.; COSTA, T.R. A lei anti-gay russa: demarcações e governo dos corpos no mundial de atletismo de 2013. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 18, n. 3, p. 614-624, jul./set. 2015.

Recebido em 20 de junho de 2017.

Aceito em 31 de agosto de 2017.

